



Número: **1024962-55.2021.4.01.3400**

Classe: **EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO**

Órgão julgador: **10ª Vara Federal Criminal da SJDF**

Última distribuição : **03/05/2021**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **1016027-94.2019.4.01.3400**

Assuntos: **Suspeição**

Segredo de justiça? **SIM**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
LUIZ INACIO LULA DA SILVA (EXCIPIENTE)		LARISSA TEIXEIRA QUATTRINI (ADVOGADO) VALESKA TEIXEIRA ZANIN MARTINS (ADVOGADO) CRISTIANO ZANIN MARTINS (ADVOGADO)	
LUIS CLAUDIO LULA DA SILVA (EXCIPIENTE)		LARISSA TEIXEIRA QUATTRINI (ADVOGADO) VALESKA TEIXEIRA ZANIN MARTINS (ADVOGADO) CRISTIANO ZANIN MARTINS (ADVOGADO)	
FREDERICO DE CARVALHO PAIVA (EXCEPTO)			
HEBERT REIS MESQUITA (EXCEPTO)			
Ministério Público Federal (Procuradoria) (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
54108 8433	20/05/2021 20:19	<a href="#">Decisão</a>	Decisão



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
**Seção Judiciária do Distrito Federal**  
10ª Vara Federal Criminal da SJDF

**PROCESSO:** 1024962-55.2021.4.01.3400

**CLASSE:** EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO (318)

**POLO ATIVO:** LUIZ INACIO LULA DA SILVA e outros

**REPRESENTANTES POLO ATIVO:** CRISTIANO ZANIN MARTINS - SP172730, VALESKA TEIXEIRA ZANIN MARTINS - SP153720 e LARISSA TEIXEIRA QUATTRINI - SP175235

**POLO PASSIVO:** FREDERICO DE CARVALHO PAIVA e outros

### DECISÃO

Trata-se de Exceção de Suspeição arguida por LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA e LUÍS CLAUDIO LULA DA SILVA em face dos Procuradores da República FREDERICO DE CARVALHO PAIVA e HEBERT REIS MESQUITA.

Aduzem os Excipientes que tiveram acesso a mensagens dos referidos Procuradores, as quais denotam que a denúncia oferecida na ação penal principal (Processo n. 1016027-94.2019.4.01.3400) foi idealizada pelos integrantes da “Operação Lava Jato em Curitiba” como parte de um “projeto” para criar acusações sabidamente falsas contra os Excipientes.

Fundamentam seu pedido, também, na alegação de que os Exceptos articularam com Procuradores da República que atuavam na “Operação Lava Jato em Curitiba” para realização de contatos irregulares com a Receita Federal e autoridades estrangeiras, além de terem discutido previamente à sua realização, a respeito do depoimento de Antonio Palocci, tudo com o objetivo de buscar sustentação a falsas acusações contra os Excipientes, construídas por ilação, segundo sustentam.

Por fim, esclarecem que tais mensagens, que vieram à lume apenas após a decisão do Ministro Lewandowski, deferindo acesso ao material apreendido no âmbito da Operação Spoofing, demonstram que carece aos Exceptos a imparcialidade que deve pautar sua atuação, pois permitem verificar que a denúncia oferecida nos autos principais fora construída pela força-tarefa do Paraná em um contexto que buscava, injustamente, condenar, principalmente, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA por crimes que não praticou.

**Pois bem, decido.**



A suspeição, assim como o impedimento, são vícios que concernem à imparcialidade do agente público julgador e que se aplicam, no que couber, aos membros do Ministério Público, conforme previsto no art. 258 do CPP[1]. A existência de elementos que indiquem parcialidade/suspeição vulnera exigências do devido processo legal, corolário da dignidade da pessoa humana.

As causas de suspeição e de impedimento dizem respeito a fatos e circunstâncias, subjetivos ou objetivos, respectivamente, que podem afetar a imparcialidade do julgador na apreciação do caso concreto[2].

Acerca da distinção entre imparcialidade subjetiva e objetiva, caminha ao encontro da mesma solução o Professor Gustavo Badaró:

Embora a imparcialidade seja um atributo eminentemente subjetivo, dizendo respeito à pessoa do julgador e ao seu posicionamento psíquico em relação ao objeto do processo e às partes, a partir do julgamento do Caso Piersack vs. Bélgica, pelo Tribunal Europeu de Direitos Humanos (TEDH), ganhou espaço na doutrina a distinção entre imparcialidade objetiva e imparcialidade subjetiva. As linhas gerais de tal distinção podem ser extraídas do seguinte passo da sentença, relativamente ao direito a um tribunal imparcial:

Se a imparcialidade se define ordinariamente pela ausência de pré-juízos ou parcialidades, sua existência pode ser apreciada, especialmente conforme o art. 6.1 da Convenção, de diversas maneiras. Pode se distinguir entre um aspecto subjetivo, que trata de verificar a convicção de um juiz determinado em um caso concreto, e um aspecto objetivo, isto é, se o juiz oferece garantias suficientes para excluir qualquer dúvida razoável de sua imparcialidade.

Saliente-se que o Ministério Público, ainda que atue como parte em uma ação penal, “não tem um interesse unilateral contraposto ao interesse do acusado, nem mesmo um interesse próprio. O Ministério Público, enquanto órgão público, teria um interesse coligado com a função institucional que representa, e que não se reduz apenas à tutela do interesse de punir do Estado, mas principalmente à correta aplicação da lei no caso concreto. Em suma, segundo aqueles que defendem a imparcialidade do Ministério Público no processo penal, seu interesse seria apenas o interesse público de busca da verdade, para possibilitar a correta aplicação da lei penal”[3].

*In casu*, verifica-se que os fatos apresentados pelos Exceptos se enquadram na previsão do art. 493 do Código de Processo Civil, aplicável subsidiariamente ao Processo Penal, nos exatos termos do Enunciado nº 3 da I Jornada de Processo Civil do STJ/CJF[4].

A petição que instaura o presente incidente traz em seu bojo elementos formal e materialmente novos, que devem se submeter ao contraditório útil, bem como devem ser provados[5].

Além disso, guardam mais pertinência com o mérito discutido na Ação Penal principal (Processo nº 1016027-94.2019.4.01.3400), do que com a exceção de suspeição que, saliente-se, possui natureza subjetiva. Destaque-se, neste ponto, os graves fatos que, segundo os Excipientes denotariam irregularidades na condução dos trabalhos que ensejaram a denúncia nos autos principais, e que são imputados a membros do Ministério Público que sequer atuaram na ação principal.

Nessa senda, para melhor discussão sobre os pontos apresentados nesta Exceção, necessários dilação probatória e contraditório, o que deve ser feito na Ação Penal 1016027-94.2019.4.01.3400, mas não sob o enfoque da suspeição e sim sob a ótica da justa causa.

Assim, extraia-se a petição que instaurou este incidente, remetendo-a ao processo principal.



Após, nos autos principais, vistas ao MPF, pelo prazo de 30 (trinta) dias para manifestação acerca das teses defensivas aqui elencadas.

Seguindo, abra-se o mesmo prazo (30 dias) para que todas as defesas constituídas no processo principal, manifestem-se.

Sendo assim, SUSPENDO, até o pronunciamento das partes nos termos supra, a realização dos interrogatórios dos réus, designados para os dias 25.05.2021, 26.05.2021, 27.05.2021 e 28.05.2021, nos autos da Ação Penal 1016027-94.2019.4.01.3400.

Cumpra-se.

Intimem-se.

Concluídas as diligências acima determinadas, archive-se este incidente.

Datado e Assinado eletronicamente .

---

[1] O art. 258 do CPP prevê a aplicação do regime de suspeição dos juízes aos membros do Ministério Público, com a ressalva “no que lhes for aplicável”. Assim, por exemplo, embora haja impedimento para o juiz, não será aplicável ao Promotor de Justiça o impedimento no caso em que parente seu tiver atuado nos autos como auxiliar da Justiça, posto que não há nenhum liame administrativo entre o Ministério Público e o referido servidor. Gustavo Henrique Badaró, Processo Penal, 8ª ed., Editora RT.

[2] Na lição literal do Professor Eugenio Pacelli (Curso de Processo Penal, 24ª. ed., São Paulo: Atlas, 2020),

[3] Gustavo Henrique Badaró, Processo Penal, 8ª ed., Editora RT, 2020.

[4] Enunciado 3: “As disposições do CPC aplicam-se supletiva e subsidiariamente ao Código de Processo Penal, no que não forem incompatíveis com esta Lei”.

[5] Fredie Didier jr; Paula Sarno Braga e Rafael Alexandria de Oliveira, Curso de Direito Processual Civil, 12ª ed., Salvador: Jus Podium, 2017.

**FREDERICO BOTELHO DE BARROS VIANA**

**Juiz Federal Substituto em auxílio à 10ª Vara/SJDF**

